

HABEAS CORPUS Nº 549.161 - RO (2019/0359479-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **MARCIO SANTANA DE OLIVEIRA E OUTRO**
ADVOGADOS : **MARCIO SANTANA DE OLIVEIRA - RO007238**
 GLÍCIA LAILA GOMES OLIVEIRA - RO006899
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**
PACIENTE : **RODRIGO MESSIAS LIMA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

DECISÃO

Por meio deste *habeas corpus*, pretende-se a imediata revogação da prisão preventiva decretada contra **Rodrigo Messias Lima** no Processo n. 0011719-78.2019.8.22.0501, da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da comarca da Capital/RO, aos argumentos, em suma, de falta de motivação idônea a amparar a custódia, de desproporcionalidade da medida em eventual condenação, de suficiência da adoção de cautelares diversas e de extensividade do benefício concedido à *corrê*.

É o relatório.

À primeira vista, não me deparo com o *fumus boni iuris*, pois o Juiz *a quo*, ao converter a prisão em flagrante em preventiva, considerou que *o flagranteado já possui condenação recente pelo crime de tráfico de drogas (maio de 2019) (que está em grau de recurso), sendo que encontra-se em fase de cumprimento provisório de pena e fazendo o uso de tornozeleira eletrônica* (fl. 147). Tal elemento, em princípio, evidencia o real risco de reiteração delitiva e a necessidade da prisão cautelar para o resguardo da ordem pública, além de revelar a inexistência de igualdade de situação com a *corrê* posta em liberdade.

Indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da comarca de Porto Velho/RO acerca do andamento do Processo n. 0011719-78.2019.8.22.0501, bem como sobre a atual situação do paciente.

Superior Tribunal de Justiça

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator